



# DIÁRIO OFICIAL DO MP

Ano VI • nº 1056 • Campo Grande – MS • quinta-feira • 28 de maio de 2015

18 páginas



## Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Gestão 2014-2016

Procurador-Geral de Justiça

**Humberto de Matos Brittes**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Jurídica

**Mara Cristiane Crisóstomo Bravo**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativa

**João Albino Cardoso Filho**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional

**Paulo Cezar dos Passos**

Corregedor-Geral do Ministério Público

**Mauri Valentim Riciotti**

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público

**Antonio Siufi Neto**

Ouvidor do Ministério Público

**Olavo Monteiro Mascarenhas**

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça **Sérgio Luiz Morelli**

Procurador de Justiça **Mauri Valentim Riciotti**

Procurador de Justiça **Hudson Shiguer Kinashi**

Procurador de Justiça **Olavo Monteiro Mascarenhas**

Procuradora de Justiça **Irma Vieira de Santana e Anzoategui**

Procuradora de Justiça **Nilza Gomes da Silva**

Procurador de Justiça **Silvio Cesar Maluf**

Procurador de Justiça **Antonio Siufi Neto**

Procurador de Justiça **Evaldo Borges Rodrigues da Costa**

Procuradora de Justiça **Marigô Regina Bittar Bezerra**

Procurador de Justiça **Belmiros Soles Ribeiro**

Procurador de Justiça **Humberto de Matos Brittes**

Procurador de Justiça **Miguel Vieira da Silva**

Procurador de Justiça **Amilton Plácido da Rosa**

Procurador de Justiça **João Albino Cardoso Filho**

Procurador de Justiça **Paulo Alberto de Oliveira**

Procuradora de Justiça **Lucienne Reis D'Ávila**

Procuradora de Justiça **Ariadne de Fátima Cantú da Silva**

Procurador de Justiça **Francisco Neves Júnior**

Procurador de Justiça **Edgar Roberto Lemos de Miranda**

Procurador de Justiça **Marcos Antonio Martins Sottoriva**

Procuradora de Justiça **Esther Sousa de Oliveira**

Procurador de Justiça **Aroldo José de Lima**

Procurador de Justiça **Adhemar Mombrum de Carvalho Neto**

Procurador de Justiça **Gerardo Eriberto de Moraes**

Procurador de Justiça **Luis Alberto Safrader**

Procuradora de Justiça **Sara Francisco Silva**

Procuradora de Justiça **Mara Cristiane Crisóstomo Bravo**

Procuradora de Justiça **Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya**

Procurador de Justiça **Helton Fonseca Bernardes**

Procurador de Justiça **Gilberto Robalinho da Silva**

Procurador de Justiça **Paulo Cezar dos Passos**

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

### DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2130 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos

(67) 3318-2160 / 3318-2143 e-mail: [caopjdec@mpms.mp.br](mailto:caopjdec@mpms.mp.br)

### DIÁRIO OFICIAL – DOMP-MS

Criação: Assessoria de Comunicação

Editoração eletrônica: Secretaria-Geral

Endereço: Rua Pres. Manuel Ferraz de Campo Salles, 214 | Jardim Veraneio

CEP 79031-907 | Campo Grande- MS

Telefone: (67) 3318-2055 | [dompms@mpms.mp.br](mailto:dompms@mpms.mp.br)

### SUMÁRIO

Procuradoria-Geral de Justiça.....	1
Procuradoria-Geral Adjunta de Justiça Administrativa.....	2
Conselho Superior .....	2
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional .....	15
Secretaria de Administração .....	16
Editais das Promotorias de Justiça.....	17

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

#### Extrato das Portarias expedidas pelo Procurador-Geral de Justiça

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando a escolha da Comarca manifestada em conformidade com o § 3º do artigo 45 da referida Lei,

#### RESOLVE:

**Promover** o Promotor de Justiça Substituto **Marcos André Sant'Ana Cardoso**, símbolo MP-21, para o cargo de Promotor de Justiça de Primeira Entrância, símbolo MP-22, do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca de Brasilândia (Port. nº 1132/2015-PGJ, de 27.5.2015).

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

#### RESOLVE:

**Conceder** ao 5º Promotor de Justiça de Corumbá, **Luciano Bordignon Conte**, 3 (três) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 13 a 15.5.2015, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Port. nº 1130/2015-PGJ, de 26.5.2015).

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

#### RESOLVE:

**Indicar** ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça **Luciano Furtado Loubet**, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 31ª Zona Eleitoral, no período de 1º a 30.6.2015, em razão das férias da Promotora de Justiça **Daniele Borghetti Zampieri** de Oliveira (Port. nº 1133/2015-PGJ, de 27.5.2015).

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do

artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

#### RESOLVE:

**Designar** os Promotores de Justiça Substitutos abaixo nominados para atuarem perante as Promotorias de Justiça constantes do quadro a seguir, a partir de 1º.6.2015, até ulterior deliberação (Port. nº 1134/2015-PGJ, de 27.5.2015).

PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO	PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
George Zarour Cezar	Promotoria de Justiça de Ribas do Rio Pardo
Victor Leonardo de Miranda Taveira	Promotoria de Justiça de Glória de Dourados
Thiago Barbosa da Silva	Promotoria de Justiça de Iguatemi
Thiago Bonfatti Martins	Promotoria de Justiça de Água Clara
Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro	Promotoria de Justiça de Pedro Gomes
Andréa de Souza Resende	Promotoria de Justiça de Inocência
Bianka Machado Arruda Mendes	Promotoria de Justiça de Eldorado
Matheus Carim Bucker	Promotoria de Justiça de Rio Verde de MT
Laryssa Santos Machado Filgueira	Promotoria de Justiça de Sonora

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

#### RESOLVE:

**Suspender**, por necessidade de serviço, no dia 27.5.2015, a licença da Promotora de Justiça **Talita Zoccolaro Papa Muritiba**, concedida por meio da Portaria nº 114/2015-PGJ, de 20.1.2015 (Port. nº 1137/2015-PGJ, de 27.5.2015).

**O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

#### RESOLVE:

**Designar** o Promotor de Justiça Substituto **João Meneghini Girelli** para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande, no dia 26.5.2015 (Port. nº 1142/2015-PGJ, de 27.5.2015).

**(a) Humberto de Matos Brittes**

Procurador-Geral de Justiça

### PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

**Extrato das Portarias expedidas pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo**

**O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso XI, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

#### RESOLVE:

**Conceder** à servidora **Aline Reginaldo de Souza**, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o apostilamento de seu nome junto aos cadastros deste Órgão, em virtude de casamento em 15.5.2015, de modo que passe a constar **Aline de Souza Finamor** (Port. nº 1115/2015-PGJ, de 26.5.2015).

**O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE**

**JUSTIÇA ADMINISTRATIVO**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

#### RESOLVE:

**Conceder** ao servidor **Vladimir Valentim de Souza**, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, cinco dias de licença-paternidade, em razão do nascimento de seu filho, a partir de 21 de maio de 2015, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000 (Port. nº 1129/2015-PGJ, de 26.5.2015).

**(a) João Albino Cardoso Filho**

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR

**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE MAIO DE 2015.**

#### 1. Ordem do dia:

##### 1.1. Matéria Administrativa:

**1.1.1. Oitiva *ad referendum* do Conselho Superior sobre as seguintes designações:**

**Portaria nº 914/2015-PGJ, de 29.4.2015.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, as Promotoras de Justiça **Luciana Moreira Schenk e Bianka Karina Barros da Costa**, titulares da 16ª e 22ª Promotorias de Justiça de Campo Grande, respectivamente, para atuar junto ao Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial – GACEP, a partir de 4.5.2015, até ulterior deliberação.

**Deliberação: Referendada a Portaria acima referida.**

##### 1.1.2. Julgamento de Processo:

##### 1. Processo PGJ/10/1372/2015

Requerente: Corregedoria-Geral do Ministério Público  
Assunto: Vitaliciamento da Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa.

**Relator: Conselheiro Aroldo José de Lima.**

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, decidiu pelo vitaliciamento da Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa, nos termos do voto Relator.**

##### 1.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

##### 1.2.1. Processo com pedido de vista:

##### 1. Inquérito Civil nº 17/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Santa Casa de Misericórdia de Paranaíba

Assunto: Apurar eventual negligência por parte da Santa Casa de Misericórdia de Paranaíba no atendimento ao público.

**Conselheiro-Relator Evaldo Borges Rodrigues da Costa**

**Voto-vista: Gilberto Robalinho da Silva.**

**EMENTA:** Com fundamento no artigo 26, §5º da Resolução nº 015/2007, voto pela não homologação da

promoção de arquivamento do Inquérito Civil nº 17/2014, pugnando pela comunicação ao Procurador-Geral de Justiça para a designação de outro membro do Ministério Público Estadual, para o prosseguimento das investigações, conforme determina o artigo 10, §4º, inciso II da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

**Deliberação: Por maioria, não homologação e encaminhamento dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, a fim de designar outro órgão ministerial para dar prosseguimento às investigações, nos termos do voto-vista.**

#### 1.2.2. Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

##### 1.2.2.1. CONSELHEIRO – RELATOR HUDSON SHIGUER KINASHI:

###### 1. Inquérito Civil nº 9/2007

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Monteverde Agro-energética

Assunto: Apurar os impactos ambientais decorrentes da atividade sucroalcooleira, em suas várias fases que vão desde o plantio até a produção, bem como compelir referida empresa a empreender as medidas necessárias para solucionar as irregularidades e omissões apontadas nos Relatórios Técnicos nº 37/Cortec/2006 e 008/Cortec/2007.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - AMBIENTAL - APURAR OS IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES DE ATIVIDADE SUCROALCOOLEIRA, EM SUAS VÁRIAS FASES – IRREGULARIDADES - REALIZADAS VISTORIAS PELO DAEX - PRORROGAÇÕES DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL - VOTO CONCEDEU DILAÇÃO DE PRAZO E CUMPRIMENTO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO - NOVA PRORROGAÇÃO DE PRAZO - CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO CONCEDEU PRORROGAÇÃO DE MODO IMPRORROGÁVEL - CONDICIONANTES DA LICENÇA DE OPERAÇÃO FORAM ATENDIDAS, PORÉM ESTÃO PENDENTES DE ANÁLISE DO ÓRGÃO COMPETENTE - PEDIDO DE NOVA PRORROGAÇÃO DE PRAZO - AUSÊNCIA DA ANÁLISE PREJUDICA O CUMPRIMENTO DO VOTO ANTERIORMENTE PROFERIDO - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DEFERIDO. Ainda é necessário que a equipe técnica do órgão competente realize uma análise das condicionantes da Licença de Operação que foram atendidas pelo empreendedor. Assim, essa diligência justifica a necessidade de prorrogação de prazo para conclusão do procedimento, desta forma defiro o pleito, concedendo o prazo de 180 dias para sua conclusão.

**Deliberação: à unanimidade, concessão da prorrogação de prazo por mais 180 (cento e oitenta) dias, nos termos do voto do Relator.**

##### 1.2.2.2. CONSELHEIRO – RELATOR EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:

###### 1. Procedimento Preparatório nº 96/2014

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social

da comarca de Campo Grande

Requerente: José Ivan de Almeida

Requeridos: Coronel PM Carlos Alberto David dos Santos e outros

Assunto: Apurar eventuais irregularidades e improbidades administrativas ocorridas durante o comando do Coronel PM David, contrariando a legislação federal pertinente, praticado, em tese, pelo Coronel PM Carlos Alberto David dos Santos junto com os integrantes da Comissão de Promoção de Oficiais da PMMS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAÇÃO DE EVENTUAIS IRREGULARIDADES E IMPROBIDADES ADMINISTRATIVAS OCORRIDAS DURANTE A GESTÃO DO CORONEL PM CARLOS ALBERTO DAVID DOS SANTOS, NA QUALIDADE DE COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR, CONTRARIANDO A LEGISLAÇÃO FEDERAL PERTINENTE, PRATICADO, EM TESE, JUNTAMENTE COM OS INTEGRANTES DA COMISSÃO DE PROMOÇÃO DE OFICIAIS DA PMMS – MUNICÍPIO CAMPO GRANDE – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando-se os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, haja vista que não há indícios de tais irregularidades em nenhuma das situações apontadas pelo denunciante, impossibilitando a caracterização de ato de improbidade administrativa. Ainda, importante salientar que a má-fé e o dolo são premissas do ato ilegal e ímprobo, ou seja, a ilegalidade só adquire o status de improbidade administrativa quando a conduta antijurídica fere os princípios constitucionais da Administração Pública, ou quando há proveito patrimonial obtido com a conduta ímproba, o que não restou comprovado no presente procedimento. Insta salientar que não há presente nos autos provas de que tenha havido irregularidades nos processos de promoção, nomeação e designação dos policiais militares, bem como contrariedade à legislação federal, praticadas pelo Coronel Carlos Alberto David dos Santos e os integrantes da Comissão de Promoção de Oficiais da PMMS. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

###### 2. Inquérito Civil nº 77/2010

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Magno Martins Coelho

Assunto: Apurar a necessidade de regularização da área de reserva legal e APP da área úmida (vereda) da propriedade rural denominada fazenda Santa Maria, pertencente a Magno Martins Coelho, Jaqueline Lombardi Kassar, Thais L. Kassar, Flávia L. Kassar e Nestor José de Souza, localizada no município de Corumbá, CCIR nº 907.030.004.537-6.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAÇÃO DA NECESSIDADE DE REGULARIZAÇÃO DA ÁREA DE RESERVA LEGAL E ÁREA DE PRESERVAÇÃO

PERMANENTE DA ÁREA ÚMIDA (VEREDA) DA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA “FAZENDA SANTA MARIA”, PERTENCENTE A MAGNO MARTINS COELHO, JAQUELINE LOMBARDI KASSAR, THAÍS L. KASSAR, FLÁVIA L. KASSAR E NESTOR JOSÉ DE SOUZA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE CORMUBÁ – INSCRIÇÃO NO CAR – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando-se os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, haja vista que com a inscrição do imóvel rural junto ao CAR, e por consequência da sua área de reserva legal, o compromissário cumpriu com a obrigação constante da Cláusula Sexta, ficando desonerado do cumprimento das demais cláusulas. Ademais, com relação a Reserva Legal, que foi devidamente inscrita no CAR sob o nº CARMS0001349, não foi averbada na matrícula do imóvel, atualmente, com a entrada em vigor do Novo Código Ambiental, tal obrigação não pode ser mais exigida, em virtude da implantação do Cadastro Ambiental Rural – CAR. Daqui para diante as Reservas Legais não serão mais averbadas na matrícula do imóvel, mas sim inscritas no Cadastro Ambiental Rural, que ficará a cargo do órgão ambiental. Com isso, o proprietário rural possui o prazo, até o dia 05 de maio de 2015, para requerer a inscrição no CAR do imóvel. Decorrido tal prazo, aí sim, estará com seu imóvel irregular, do ponto de vista ambiental. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

### 3. Inquérito Civil nº 74/2011

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda São Sebastião, de propriedade de Maria Monteiro Padial

Assunto: Apurar a existência de danos ambientais na propriedade requerida, como degradação da área de preservação permanente, a falta de cobertura vegetal e a existência de processos erosivos que causam degradação do solo devido à falta de técnicas de conservação, e se a propriedade requerida contribui para o assoreamento do córrego Fortaleza.

**Retirado de pauta.**

### 4. Inquérito Civil nº 12/2014

Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Nioaque

Requerentes: Ministério Público Estadual e Nilton César Arruda de Lobo

Requerida: Prefeitura Municipal de Nioaque

Assunto: Apurar eventual descaso da Prefeitura Municipal de Nioaque com a pavimentação asfáltica e serviço de captação de esgoto na Avenida XV de Novembro.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAÇÃO DE EVENTUAL DESCASO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE COM A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SERVIÇO DE CAPTAÇÃO DE ESGOTO DA AVENIDA XV DE NOVEMBRO – IRREGULARIDADES

DEVIDAMENTE SANADAS – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando-se os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, haja vista a perda superveniente do objeto, porquanto as irregularidades apontadas foram sanadas com a realização das obras de correção no trecho referente à esquina com a Rua Antonio João, em Nioaque/MS. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

### 1.2.2.3. CONSELHEIRA – RELATORA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

#### 1. Inquérito Civil nº 3/2014

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nos valores praticados no mercado de livros didáticos.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – EVENTUAIS IRREGULARIDADES NOS VALORES PRATICADOS NO MERCADO DE LIVROS DIDÁTICOS - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Inquérito Civil instaurado para apurar eventuais irregularidades nos valores praticados no mercado de livros didáticos. 2. Em diligências junto à Associação Brasileira de Editores de Livros do Brasil, foi informado que vários são os fatores que encarecem a produção de livros didáticos, tais como: número de páginas, o custo de cada página em razão da ilustração, conteúdo, tipologia, programação visual, entre outros. A Associação Nacional de Livrarias informou que visa pela preservação do mercado livreiro e combate quaisquer práticas abusivas do mercado, seja no que se refere à majoração de preços, seja na comercialização dos livros a preço vil. 3. Cumpre destacar que a denúncia apresentada foi bastante genérica, restando dificultada a investigação quanto à editora que estaria cometendo abuso nos preços praticados na venda de livros didáticos. Outrossim, não foram apresentados sequer valores específicos para que se pudesse ter uma base de preços. 4. Promoção de arquivamento homologada.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

### 1.2.2.4. CONSELHEIRO – RELATOR ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

#### 1. Procedimento Preparatório nº 78/2014

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Águas Guariroba S/A

Assunto: Averiguar a legalidade da conduta da Concessionária Águas Guariroba S.A, à luz do CDC, relativamente à cobrança de taxa mínima dos serviços de fornecimento de água e esgoto.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - CONSUMIDOR – APURAR LEGALIDADE DA CONDUTA DA “CONCESSIONÁRIA ÁGUAS GUARIROBA” EM REALIZAR A COBRANÇA DE TAXA MÍNIMA DOS SERVIÇOS DE

FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO – CONSTATAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE QUALQUER IRREGULARIDADE – PREVISÃO LEGAL PARA A REFERIDA TAXA MÍNIMA – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas todas as diligências cabíveis para apurar legalidade da conduta da “Concessionária Águas Guariroba” em realizar a cobrança de taxa mínima dos serviços de fornecimento de água e esgoto. No decorrer do procedimento verificou-se que a cobrança realizada pela Concessionária, se dá segundo dispositivos legais que regem o assunto. Ademais, os Tribunais Superiores já se posicionaram favoravelmente a respeito da cobrança. Assim, não há lesão ao direito consumerista, tampouco subsistem motivos para o prosseguimento do Procedimento Preparatório, que deve, portanto, ser arquivado.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

## 2. Procedimento Preparatório nº 11/2015

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ouvidoria do MP

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar indevida eliminação de concorrentes sob o argumento de ausência de capacidade técnica na Concorrência Pública 01/2014 manejada pela Prefeitura Municipal de Selvíria.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL – APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, EM RAZÃO DA DESCLASSIFICAÇÃO INDEVIDA DE EMPRESAS CONCORRENTES NO PROCESSO LICITATÓRIO DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2014, PELO MUNICÍPIO DE SELVÍRIA/MS – CONSTATAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE OU QUALQUER ATO ÍMPROBO – COMPROVAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS DITAMES LEGAIS PARA NA REALIZAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa, em razão da desclassificação indevida de empresas concorrentes no processo licitatório de Concorrência nº 01/2014, pelo Município de Selvíria/MS, conforme suposto nos autos. Ficou constatado que não ocorreu qualquer irregularidade ou ato ímprobo na realização do processo licitatório, conforme se verificou dos documentos juntados aos autos. Não resta qualquer dúvida quanto à inexistência de irregularidade ou ato de improbidade, não subsistem, assim, motivos para o prosseguimento do procedimento, impondo-se o arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

## 3. Inquérito Civil nº 73/2014

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Porto de Areia Palmito Ltda.

Assunto: Apurar possível dano ao meio ambiente decorrente da extração de recursos minerais sem competente concessão ou licença, o que constitui crime previsto no artigo 55 da Lei nº 9.605/98.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE – APURAR POSSÍVEL DANO AO MEIO AMBIENTE DECORRENTE DA EXTRAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS SEM COMPETENTE CONCESSÃO OU LICENÇA POR EMPRESA NA CIDADE DE TRÊS LAGOAS/MS – CONSTATAÇÃO PELO IMASUL DE INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES OBJETO DESTE PROCEDIMENTO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar possível dano ao meio ambiente decorrente da extração de recursos minerais sem competente concessão ou licença por empresa na cidade de Três Lagoas/MS. No decorrer do procedimento o Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL realizou vistoria técnica na propriedade e emitiu os Pareceres Técnicos GCF/IMASUL n.º 026/2015 e 268/2014, que concluíram pela inexistência de qualquer irregularidade ambiental, objeto deste procedimento, bem como pelo devido cumprimento das condicionantes da Renovação da Licença Ambiental nº 9/2012. Desta forma, não subsistem motivos para o prosseguimento do Inquérito Civil, que deve, portanto, ser arquivado.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

## 4. Procedimento Preparatório nº 109/2014

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Eventual irregularidade no fato de uma empresa que presta serviços no Shopping Campo Grande estar fornecendo calça e cinto de uso exclusivo do Corpo de Bombeiros para seus funcionários.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NO FORNECIMENTO DE FARDAMENTO DE USO EXCLUSIVO DO CORPO DE BOMBEIROS PARA CIVIS – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE OU OUTRO TIPO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as medidas necessárias para apurar eventual irregularidade no fornecimento de calça e cinto de uso exclusivo do Corpo de Bombeiros Militar para funcionários de uma empresa que presta serviço no “Shopping Campo Grande”, nesta capital. Durante o trâmite do presente procedimento não restou comprovado ter havido qualquer tipo de irregularidade conforme suposto nos autos. Os documentos juntados ao procedimento esclarecem a respeito da compra e distribuição do fardamento aos militares do Corpo de Bombeiros de Mato Grosso do Sul, demonstrando a regularidade e legalidade da situação. Assim, não há que se falar em ato de improbidade administrativa. Portanto, não subsistem motivos para o prosseguimento do procedimento, que

deve, portanto, ser arquivado.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

#### 5. Inquérito Civil nº 78/2011

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Treze de Maio, de propriedade de Arlindo Bovolim

Assunto: Apurar a existência de danos ambientais na propriedade requerida, como degradação da área de preservação permanente, a falta de cobertura vegetal e a existência de processos erosivos que causam degradação do solo devido à falta de técnicas de conservação, e se a propriedade requerida contribui para o assoreamento do Córrego Fortaleza.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE – APURAR A EXISTÊNCIA DE DANOS AMBIENTAIS NA PROPRIEDADE REQUERIDA, DEGRADAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, A FALTA DE COBERTURA VEGETAL E A EXISTÊNCIA DE PROCESSO EROSIVO, BEM COMO O ASSOAREAMENTO DO CÓRREGO FORTALEZA – CONSTATAÇÃO PELO IMASUL DE INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES OBJETO DESTES PROCEDIMENTOS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar eventual dano ambiental na propriedade em questão. No decorrer do procedimento o Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL realizou vistoria técnica na propriedade e emitiu o Parecer Técnico nº 242/2012 que conclui pela inexistência de qualquer irregularidade ambiental, objeto deste procedimento. Desta forma, não subsistem motivos para o prosseguimento do Inquérito Civil, que deve, portanto, ser arquivado.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

#### 6. Inquérito Civil nº 17/AIP/2011

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa, bem como a consequente necessidade de ressarcimento ao erário público em razão da contratação da empresa Deltha Consultoria e Representações Comerciais Ltda. pelo município de Angélica.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL – APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, EM RAZÃO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PELA PREFEITURA DE ANGÉLICA/MS – CONSTATAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE OU QUALQUER ATO ÍMPROBO – COMPROVAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS DITAMES LEGAIS PARA NA REALIZAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO QUE PRECEDEU O CONTRATO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Foram realizadas as diligências cabíveis para apurar possível prática de ato de

improbidade administrativa, consistente na prática de ilegalidade em licitação e contratação da empresa especializada em consultoria e assessoria para a implantação de sistema de computação, conforme suposto nos autos. Ficou constatado que não ocorreu qualquer irregularidade ou ato ímprobo na realização do processo licitatório, conforme se verificou dos documentos juntados aos autos. Não resta qualquer dúvida quanto à inexistência de irregularidade ou ato de improbidade, não subsistem, assim, motivos para o prosseguimento do procedimento, impondo-se o arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

#### 1.2.2.5. CONSELHEIRO – RELATOR LUÍS ALBERTO SAFRAIDER:

##### 1. Inquérito Civil nº 43/2011

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Anônimo

Requerido: Paulo Nascimento Bastos

Assunto: Apurar eventual desvio de verba pública por parte do vereador e ex-presidente da Câmara Municipal de Selvíria, Paulo Nascimento Bastos, notadamente quanto a gastos com lava a jato, borracharia e contratação de empresa de contabilidade para o Poder Legislativo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – LEI 8.429/92 – ENRIQUECIMENTO ILÍCITO VEREADOR – NÃO OCORRÊNCIA – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CONTÁBIL – LICITAÇÃO REALIZADA – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE LAVA JATO E BORRACHARIA PERTENCENTE À CUNHADA – HIPÓTESE QUE PERMITE CONTRATAÇÃO DIRETA – AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO – VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS – ANÁLISE DE ACORDO COM AS PENAS DO ART. 12, DA LIA – ARQUIVAMENTO – VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO. 1. De início, verifica-se que não houve contratação de empresa para prestar serviços contábeis pelo valor de R\$60.000,00 (sessenta mil reais), sendo certo que houve a licitação com o objeto em questão, mas para pagamento mensal de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) com a empresa KMD ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA, cf. f. 331, durante um ano. 2. No que pertine à residência do vereador, verifica-se que o C.R.I. juntou aos autos a matrícula do imóvel, destacando que a propriedade foi adquirida quando o investigado tinha 3 (três) anos de idade, ou seja, no ano de 1985. O fato de ter construído a piscina e área de lazer não presume sua má-fé ou desvio de dinheiro público, até porque a simples reforma do imóvel é compatível com o salário de vereador, mormente considerando que o imóvel sofreu intervenções ao longo de vários anos. 3. De fato, a contratação, pela Câmara de Vereadores, de empresa das quais participam, na condição de sócio ou controlador, parentes do Presidente da Casa (cunhada), é ilegal, em razão de expressa vedação contida no art. 9.º, inc. III, da Lei 8.666/93, apesar de o Promotor de Justiça ter afirmado haver



controvérsia neste sentido. No entanto, duas considerações devem ser feitas. Primeiro que o valor em questão é inferior àquele previsto no art. 24, inc. II, da Lei 8.666/93 que permite a contratação direta. Segundo que houve a prestação do serviço pela empresa contratada, inexistindo prejuízo ao erário. Por mais que não seja possível transação ou disponibilidade do interesse público nas questões envolvendo a LIA, o bom senso deve nortear aquelas condutas que não causam lesão ao erário, como ocorre no presente caso. 4. Voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

## 2. Procedimento Preparatório nº 130/2014

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a utilização, em tese, de material bélico, veículos e outros materiais de uso de campanha do Exército Brasileiro e da Polícia Civil (GARRAS), por civis, em evento realizado em 06 de dezembro de 2014, denominado “Cavalo de Aço”, organizado pela empresa Assault Paintball.

EMENTA: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – CEDÊNCIA DO VEÍCULO ‘CAVEIRÃO’ EM EXPOSIÇÃO DE EVENTO PRIVADO DE PAINTBALL – AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ – ARQUIVAMENTO - VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO. 1. Pelas fotografias de f. 10, é possível constatar que o escudo do GARRAS foi apenas fotografado em uma sala, o mesmo se estendendo para o veículo conhecido como ‘Caveirão’, que estava na garagem do grupo, inclusive o Delegado de Polícia consta na imagem. Ainda, pelo que se apurou, o veículo foi levado ao evento apenas para que a população tirasse fotografias. 2. Com isso, é de se destacar que o fato arranha o princípio da moralidade, mas não é possível considerar tratar-se de ato de improbidade administrativa, apesar de o uso do veículo no evento ter sido um ato impensado e incauto. 3. Doutrina e jurisprudência entendem que para a caracterização do ato de improbidade previsto no art. 11, da Lei 8.429/92 (LIA), é necessário, além da violação dos princípios norteadores da Administração, seja demonstrado o dolo, a má-fé, a desonestidade do agente, para que se possa falar em ato de improbidade, o que é justificável, porque a amplitude do dispositivo traria risco para o julgador, induzindo-o a tachar de ímprobos condutas puramente irregulares. 4. Voto pela homologação da promoção do arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

## 3. Inquérito Civil nº 3/2012

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Prefeitura Municipal de Corumbá e outros

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação e execução do Programa PROJOVEM, licitado na modalidade pregão.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO

PÚBLICO – LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO – PROJOVEM – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. 1. Paralelamente à investigação estadual, o Ministério Público Federal analisou o procedimento licitatório, culminando no arquivamento do inquérito civil. 2. Na alçada estadual, de igual sorte, não remanescem diligências a serem executadas. 3. É que consoante se provou nos autos, apesar de a Controladoria-Geral da União ter emitido nota técnica quanto à impossibilidade de utilização da modalidade pregão na contratação dos serviços, o Município de Corumbá/MS cancelou o plano de implementação / termo de adesão n.º 46958-0001178/2011-11 em virtude de dificuldades na execução do programa. 3. Além da dificuldade na execução, o PROJOVEM previa o atendimento de mil adolescentes, mas com as desistências requeridas até maio/2012, apenas 500 jovens participariam das atividades oferecidas pelo programa.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

## 4. Inquérito Civil nº 49/2013

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no desconto de prêmio mensal de seguro de vida irregularmente de funcionários sequer segurados nas empresas especificadas nas retenções constantes do holerite.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – SEGURO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CORUMBÁ – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. 1. Verifica-se que a empresa Porto Seguros foi seguradora dos servidores públicos de Corumbá até o ano de 2012, sendo que em seguida a empresa Zurich Minas Brasil Seguros S/A passou a ser a responsável. 2. Além disso, a empresa Zurich Minas Brasil Seguros S/A está regularmente credenciada e as apólices dos servidores segurados são enviadas diretamente às suas residências. 3. Não restou comprovada qualquer irregularidade mencionada na denúncia que originou a instauração do presente inquérito civil, logo, não há motivos para continuar as investigações, nem mesmo interesse de agir para a propositura de eventual ação civil pública. 4. Voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

## 5. Procedimento Preparatório nº 1/2015

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Elso Gomes Dias

Assunto: Apurar dano ao meio ambiente decorrente de prática de queimada sem a devida permissão de órgão ambiental competente, crime ambiental previsto no artigo 41 da Lei Federal 9.605/98.

EMENTA: ÁREA RURAL - QUEIMA CONTROLADA – AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO

AMBIENTAL ESTADUAL – INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL – ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL – NECESSIDADE DE NOVAS DILIGÊNCIAS – BAIXA DOS AUTOS À ORIGEM. 1. O Promotor de Justiça de primeira instância sustentou o arquivamento no fato de o IMASUL ter autuado o proprietário da área rural e a Polícia Civil ter instaurado inquérito policial. 2. Em que pese o entendimento do agente ministerial, há necessidade de novas diligências, porque a área sequer foi identificada, não se juntou aos autos a matrícula do imóvel ou mesmo título de possuidor, cabendo destacar que inúmeras exigências do Código Florestal deixaram de ser analisadas de forma preventiva, sem contar com possibilidade de recuperação da área degradada. 3. Voto pela comunicação ao Procurador-Geral de Justiça para, nos termos do art. 26, § 5.º, da Res. n.º 15/2007-PGJ, designar outro órgão do Ministério Público para novas diligências.

**Deliberação: à unanimidade, não homologação e encaminhamento dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, a fim de designar outro órgão ministerial para dar prosseguimento às investigações.**

#### 6. Procedimento Preparatório nº 77/2014

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Águas Guariroba S/A

Assunto: Apurar eventual prática abusiva da concessionária quando do corte de fornecimento de água de fatura paga.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – CONSUMIDOR – CORTE NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA – PRÉVIO AVISO – ATO ISOLADO – DEMANDA INDIVIDUAL – AUSÊNCIA DE INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. 1. Se o conflito retratado na demanda não revela interesse público, desnecessária é a intervenção do Ministério Público e, em consequência, falta-lhe legitimidade e interesse para recorrer. 2. Voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

#### 7. Inquérito Civil nº 37/2011

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Jaraguari

Assunto: Apurar possível fraude em licitação para contratação da empresa Delta Informática pelo município de Jaraguari/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES EM LICITAÇÃO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MONTAGEM DE BANCO DE DADOS PARA CADASTRO DE PROPRIEDADES RURAIS – OBEDIÊNCIA AOS DITAMES LEGAIS – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES E/OU DANO AO ERÁRIO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DO FEITO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. 1. Apesar

dos esforços envidados pelo órgão do Ministério Público para identificar as supostas irregularidades, não se logrou constatar a prática de atos de improbidade administrativa que impliquem enriquecimento ilícito, lesão ao erário ou violação aos princípios da Administração. 2. Voto pela homologação do arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

#### 8. Inquérito Civil nº 60/2008

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Lutário Adolfo Berger

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais na fazenda Sulina, Bacia do Guariroba, área de preservação ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DANOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA FAZENDA SULINA – COMPLEXO DA BACIA DO GUARIROBA – ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – VISTORIA REALIZADA – CUMPRIMENTO DO TAC – PERDA DO OBJETO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. 1. Trata-se de inquérito civil instaurado em 30.09.2008 pela 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Habitação, Urbanismo, Patrimônio Histórico e Cultural da Comarca de Campo Grande/MS, com a finalidade de apurar eventuais danos ambientais na Fazenda Sulina – Bacia do Guariroba – Área de Preservação Ambiental (APA). 2. O Termo de Ajustamento de Conduta firmado às f. 322-330 teve por objeto ( i ) a averbação da área de reserva legal; ( ii ) a promoção de conservação das APPs, incluindo recuperação e regeneração; ( iii ) a conservação do solo a fim de proteger as APPs e RL; ( iv ) a observância e cumprimento integral das diretrizes do Plano de Manejo da APA Guariroba. 3. Em vistoria realizada pela Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS, o laudo apontou para o cumprimento do TAC no que pertine ao cumprimento do Plano de Manejo da APA Guariroba (f. 368-370). Por fim, o proprietário informou que inscreveu o imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural, substitutivo da averbação à margem da matrícula, nos termos do art. 29, da Lei 12.651/12, cabendo destacar que as APPs foram cercadas em toda sua extensão. 4. Parecer pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

#### 9. Procedimento Preparatório nº 5/2014

1ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Honorina Pereira Candelário

Assunto: Apurar notícia de maus-tratos sofrida por R. C.

EMENTA: PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS – TETRAPLEGIA – MAUS-TRATOS – TRANSAÇÃO PENAL – MORTE – NECESSIDADE DE AVERIGUAR OS FATOS PORMENORIZADAMENTE – ARQUIVAMENTO – VOTO PELA NÃO HOMOLOGAÇÃO. 1. Pelo relatório psicológico juntado aos autos às f. 30-32, o



falecido reclamou que sua genitora lhe privava da higiene adequada, o que acarretava o acúmulo de moscas nas lesões, sendo constantemente agredido verbal e fisicamente. 2. Consta na certidão de óbito que a causa mortis foi decorrente do acidente automobilístico, agravado pelo quadro de desnutrição, grau III. 3. É certo que o incapaz faleceu e, portanto, não remanesce mais necessidade de atuação ministerial, na área cível, ante a perda do objeto. No entanto, a transação penal ocorrida se deveu aos maus-tratos (f. 44-46), havendo necessidade de se investigar a fundo a morte ocorrida, podendo passar pelos crimes de abandono material qualificado pela morte (art. 133, § 2.º, do CP) e até mesmo tortura qualificada pela morte (art. 1.º, inc. II e § 3.º, in fine, da Lei 9.455/97). 4. Voto pela não homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, não homologação e encaminhamento dos autos ao Procurador-Geral de Justiça, a fim de designar outro órgão ministerial para dar prosseguimento às investigações.**

#### **1.2.2.6. CONSELHEIRA – RELATORA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**

##### **1. Procedimento Preparatório nº 9/2014**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar os fatos noticiados no Ofício nº 04/14/Nugeo, referentes a desmatamento identificado por imagem de satélite no município de Miranda/MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – DESMATAMENTO EM PROPRIEDADE RURAL – INEXISTÊNCIA DE VESTÍGIOS – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verificado nos autos a inexistência de irregularidades a serem sanadas, porquanto, conforme relatório de vistoria expedido pela Polícia Militar Ambiental, não há vestígios de desmatamento na propriedade rural em questão, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

##### **2. Inquérito Civil nº 1/2006**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Sperafigo Agroindustrial Ltda.

Assunto: Apurar notícia de dano ambiental decorrente de práticas inadequadas de manejo de efluente e consequente lançamento de resíduos em área de preservação permanente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR NOTÍCIA DE DANO AMBIENTAL – PRÁTICAS INADEQUADAS DE MANEJO DE EFLUENTES E O CONSEQUENTE LANÇAMENTO DE RESÍDUOS EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – CUMPRIMENTO INTEGRAL DO TAC E SEU ADITIVO – REGENERAÇÃO DA ÁREA – IRREGULARIDADES DEVIDAMENTE SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as irregularidades verificadas durante as investigações foram devidamente sanadas pela requerida, mediante assinatura e cumprimento integral de Termo de Ajustamento de Conduta e seu aditivo. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

##### **3. Inquérito Civil nº 6/2013**

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Caarapó

Assunto: Solucionar a omissão do município de Caarapó, em não dar cumprimento à Lei Municipal nº 750/2004, com a adequada instalação do PROCON Municipal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – OMISSÃO DO MUNICÍPIO DE CAARAPÓ, EM RAZÃO DA NÃO INSTALAÇÃO DO PROCON MUNICIPAL – INSTALAÇÃO E INAUGURAÇÃO – PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verificado nos autos que o objeto do feito está esgotado, porquanto o PROCON foi devidamente instalado e inaugurado pela Prefeitura de Caarapó, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

##### **4. Inquérito Civil nº 18/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Proprietário da Fazenda Minas de Ouro

Assunto: Apurar possíveis danos ambientais em consequência de extração de vegetação e processo erosivo na Fazenda Minas de Ouro, localizada neste município de Aparecida do Taboado.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEIS DANOS AMBIENTAIS – EXTRAÇÃO DE VEGETAÇÃO E PROCESSO EROSIVO – PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA – CERCAMENTO E PLANTIO DE MUDAS DE ÁRVORES NO LOCAL – ISOLAMENTO DOS GADOS – REALIZAÇÃO DE CURVAS DE NÍVEIS – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verificado nos autos que as irregularidades constatadas foram devidamente sanadas, porquanto o requerido protocolou junto ao IMASUL o Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRADE, efetuou o cercamento do local, isolando os gados da referida área, visando à recomposição das plantas nativas existentes, além de que realizou o plantio de aproximadamente 200 (duzentas) mudas de árvores e providenciou a realização de 3 (três) curvas de níveis, a fim de proteger e evitar que as águas das chuvas provoquem erosões na propriedade, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

##### **5. Procedimento Preparatório nº 43/2014**

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Averiguar a suspensão dos serviços de transplantes aos renais crônicos do Estado de Mato Grosso do Sul.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR A SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPLANTES AOS RENAI CRÔNICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Considerando que as irregularidades constatadas foram devidamente sanadas, tendo em vista a renovação da autorização para que a Associação Beneficente de Campo Grande – Santa Casa realize a retirada e transplantes de rins, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

#### 6. Inquérito Civil nº 23/2011

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: All-América Latina Logística - Malha Norte S/A

Assunto: Apurar incêndio na fazenda Nossa Senhora Aparecida, com supressão da reserva legal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL INCÊNDIO NA FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA, CAUSANDO A SUPRESSÃO DA ÁREA DE RESERVA LEGAL – REGENERAÇÃO DA ÁREA – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verificado nos autos que a irregularidade constatada foi devidamente sanada, porquanto a vegetação no entorno da malha ferroviária, bem como a existente na Fazenda Nossa Senhora Aparecida, encontra-se em perfeito estado de regeneração, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

#### 7. Inquérito Civil nº 11/2007

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Anié Karine Donada

Assunto: Apurar denúncia de construção de uma piscina e dois tanques de pesqueiro sem autorização do órgão ambiental competente, conforme auto de infração nº 462927, série D.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DENÚNCIA DE CONSTRUÇÕES DE UMA PISCINA E DE DOIS TANQUES DE PESQUEIROS, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE – ISENÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL – CUMPRIMENTO INTEGRAL DO TAC – REGENERAÇÃO DA ÁREA – IRREGULARIDADE DEVIDAMENTE SANADA – PROMOÇÃO DE

ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto a irregularidade constatada durante as investigações foi devidamente sanada pela requerida, mediante assinatura e cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta, uma vez que esta apresentou e executou o Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRADE (fls. 128/149, 164/171 e 236/238), sendo que a área encontra-se em estágio avançado de regeneração, sem indícios de degradações ambientais. Ademais, no que tange as construções de uma piscina e de dois tanques de pesqueiro, conforme declarações ambientais eletrônicas n.º 764/2012 e n.º 763/2012, expedidas pelo IMASUL, estas são isentas de licenciamento ambiental. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

#### 8. Procedimento Preparatório nº 5/2014

2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Maria Lúcia Tolentino, Jerônimo Tolentino Filho, Jerônima Batista, Ana Maria Ferreira, Flordelice Ferreira Santos, Gilberto Ferreira, Lucimeire Ferreira, Edna Ferreira, Jeana Ferreira e Alice Ferreira.

Assunto: Apurar possível risco à saúde e integridade física de idoso noticiado através de denúncia anônima no dia 23/05/2014.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR POSSÍVEL RISCO À SAÚDE E INTEGRIDADE FÍSICA DE IDOSA – INSTITUCIONALIZAÇÃO – FAMÍLIA NÃO POSSUI CONDIÇÕES DE PRESTAR OS CUIDADOS NECESSÁRIOS – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verificado nos autos que as irregularidades constatadas foram devidamente sanadas, tendo em vista a institucionalização da idosa em questão, visando sua proteção integral, a fim de prevenir situações de negligência e a ruptura dos vínculos familiares, porquanto ficou comprovado que sua família não possui condições físicas e psicológicas para prestar os cuidados necessários, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

#### 9. Procedimento Administrativo nº 44/2014

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Municipal de Bataguassu

Assunto: Apurar eventual omissão do município de Bataguassu no que concerne ao transporte de que necessita o senhor Cláudio Martins Brogna para tratamento de câncer de pele na cidade de Jaú/SP.

EMENTA: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO – RECURSO ADMINISTRATIVO – OMISSÃO DO MUNICÍPIO – TRANSPORTE PARA TRATAMENTO MÉDICO – FORNECIMENTO – AUSÊNCIA DE PREJUÍZO CLÍNICO AO PACIENTE – PERDA

SUPERVENIENTE DO OBJETO – ACOLHIMENTO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – IMPROVIMENTO DO RECURSO. Verificado nos autos que o objeto do feito está esgotado, porquanto o município fornece transporte para o tratamento médico do paciente, sendo que sua chegada antecipada ou com atraso não lhe causa prejuízo clínico, vota-se pelo acolhimento da promoção de arquivamento e o consequente improvimento do recurso interposto pelo requerente.

**Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento e improvimento do Recurso interposto pelo requerente.**

#### **10. Procedimento Preparatório nº 26/2014**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Carlos Mota

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da prática de infração ambiental prevista no artigo 50 da Lei nº 9.605, de 1998.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR EVENTUAL POLUIÇÃO SONORA – CESSAÇÃO – PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verificado nos autos que o objeto do feito está esgotado, uma vez que não fora mais constatada a perturbação de sossego alheio pelo requerido, cessando, portanto, a poluição sonora, por ele perpetrada, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

#### **11. Procedimento Preparatório nº 12/2014**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Sete Quedas

Assunto: Apurar possível prática de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, consistente no suposto descumprimento da Lei Federal nº 11.738/2008, que estabelece o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – DESCUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL N.º 11.738/2008 – PISO SALARIAL PARA OS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – APROVAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 28/2014 – ATUALIZAÇÃO – IRREGULARIDADE SANADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verificado nos autos que o objeto do feito está esgotado, uma vez que a irregularidade constatada foi devidamente sanada, mediante a aprovação da Lei Complementar n.º 28/2014, a qual atualizou o piso salarial dos profissionais do magistério público da educação básica do município de Sete Quedas, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

#### **12. Procedimento Preparatório nº 13/2015**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar dano causado ao meio ambiente através de lançamento de resíduos sólidos em terreno.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL – LANÇAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM TERRENO – LIMPEZA DO LOCAL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verificado nos autos que as irregularidades constatadas foram devidamente sanadas, porquanto o terreno em questão encontra-se limpo, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

#### **13. Procedimento Preparatório nº 18/2014**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia de falta de aparelhos médicos no Posto de Saúde Central - Aldo Bongiovanni.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR A FALTA DE APARELHOS MÉDICOS NO POSTO DE SAÚDE CENTRAL – COMPRA DOS EQUIPAMENTOS – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Considerando que as irregularidades constatadas foram devidamente sanadas, porquanto, conforme notas fiscais colacionadas aos autos, a Secretaria Municipal de Saúde providenciou a compra do negatoscópio e da balança digital, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

#### **14. Procedimento Preparatório nº 114/2014**

33ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Disque Direitos Humanos

Requeridos: Claudinei Lopes da Silva e Nilca Dutra de Resende

Assunto: Averiguação de situação de risco.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – AVERIGUAÇÃO DE SITUAÇÃO DE RISCO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – IMPOSSIBILIDADE DE LOCALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se a ausência de justa causa para continuidade do feito, ante a impossibilidade da localização das crianças e da confirmação da veracidade das informações contidas na denúncia, uma vez que foi contatado que a família se mudou, sem deixar vestígios. Ademais, caso haja nova comunicação de irregularidades, o Parquet deverá instaurar Procedimento Administrativo (Resolução n.º 005/2012/CPJ) para fiscalização e acautelamento de direitos exclusivamente afetos à infância e juventude. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

**15. Procedimento Preparatório nº 106/2014**

33ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Disque Direitos Humanos

Requerida: A apurar

Assunto: Averiguação de situação de risco.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – AVERIGUAÇÃO DE SITUAÇÃO DE RISCO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – IMPOSSIBILIDADE DE LOCALIZAÇÃO DA CRIANÇA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se a ausência de justa causa para continuidade do feito, ante a impossibilidade da localização da criança e da confirmação da veracidade das informações, uma vez que não consta na denúncia o nome desta, nem de seus familiares, sendo que a casa descrita não foi encontrada. Ademais, caso haja nova comunicação de irregularidades, o Parquet deverá instaurar Procedimento Administrativo (Resolução n.º 005/2012/CPJ) para fiscalização e acautelamento de direitos exclusivamente afetos à infância e juventude. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

**16. Procedimento Preparatório nº 118/2014**

33ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Disque Direitos Humanos

Requeridos: Marcos e Flavia

Assunto: Averiguação de situação de risco.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – AVERIGUAÇÃO DE SITUAÇÃO DE RISCO – AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA – IMPOSSIBILIDADE DE LOCALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se a ausência de justa causa para continuidade do feito, ante a impossibilidade da localização das crianças e da confirmação da veracidade das informações contidas na denúncia, uma vez que a família se mudou, sem deixar vestígios. Ademais, caso haja nova comunicação de irregularidades, o Parquet deverá instaurar Procedimento Administrativo (Resolução n.º 005/2012/CPJ) para fiscalização e acautelamento de direitos exclusivamente afetos à infância e juventude. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

**1.2.2.7. CONSELHEIRO – RELATOR GILBERTO ROBALINHO DA SILVA:**

**1. Procedimento Preparatório nº 27/2014**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a veracidade das denúncias efetuadas através da Ouvidoria deste Ministério Público Estadual, autuadas sob os nºs 729, 8685102014-8 e 8686102014-6, as quais tem o mesmo objeto, sendo a primeira mais

ampla.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO, EM TESE, PELO PREFEITO DE ITAPORÃ/MS WALLAS GONÇALVES MILFONT – EVENTUAIS ILEGALIDADES NA COLETA DE LIXO, NO TRANSPORTE ESCOLAR, NA CONTRATAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, NO PARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO PERANTE O ITAPREV, NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2013 E NA REUNIÃO REALIZADA NO BAIRRO COHAB NA CIDADE DE ITAPORÃ/MS – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, tendo em vista que se perdeu o objeto do procedimento preparatório por não terem sido constatadas ilegalidades praticadas pelo Prefeito de Itaporã/MS Wallas Gonçalves Milfont na coleta de lixo, no transporte escolar, na contratação de funcionários públicos, no parcelamento de débitos do Município perante o ITAPREV, no Pregão Presencial nº 071/2013 e na reunião realizada no Bairro Cohab, na cidade de Itaporã/MS, não havendo prática de ato de improbidade administrativa.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

**2. Inquérito Civil nº 5/2012**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Corumbá/MS

Assunto: Apurar responsabilidade pela ausência de atendimento à saúde no Distrito de Albuquerque e ofensa ao disposto no artigo 9º, inciso III da Lei Orgânica do município de Corumbá/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO PELO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ/MS NA AUSÊNCIA DE ATENDIMENTO À SAÚDE DA POPULAÇÃO DO DISTRITO DE ALBUQUERQUE – ATENDIMENTO À RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA PELO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO – IRREGULARIDADES SANADAS – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, tendo em vista que se esgotou o objeto do inquérito civil pelo atendimento à recomendação ministerial pelo município de Corumbá/MS, sanando as irregularidades inicialmente constatadas no atendimento à saúde da população do Distrito de Albuquerque.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

**3. Inquérito Civil nº 5/2014**

2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível situação de risco da idosa L.M.S. e da pessoa com deficiência A.J.S.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR SITUAÇÃO DE RISCO DE IDOSA E PESSOA COM DEFICIÊNCIA – RECEBIMENTO DE CUIDADOS – IRREGULARIDADES SANADAS – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, tendo em vista que se esgotou o objeto do presente inquérito civil, pois cessou a situação de risco vivenciada por idosa e pessoa com deficiência, que estão recebendo os cuidados necessários para sua saúde e bem-estar.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

#### 4. Inquérito Civil nº 78/2012 - Anexo 9

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Águas Guariroba S/A

Requerido: Município de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do empreendimento Canil Lanches Ltda.-ME, localizado na rua Bahia, 1667, bairro São Francisco, nesta Capital, haja vista notícia indicativa de ausência de conexão ao serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em desacordo ao disposto no artigo 45 da Lei Federal nº 11.445/2007.

**Retirado de pauta a pedido do Relator.**

#### 5. Inquérito Civil nº 78/2012 - Anexo 46

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Águas Guariroba S/A.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do empreendimento “Restaurante Luci Doces”, localizado na avenida Júlio de Castilho, nº 500, Vila Sobrinho, nesta Capital.

**Retirado de pauta a pedido do Relator.**

#### 6. Inquérito Civil nº 78/2012 - Anexo 28

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Águas Guariroba S/A.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do empreendimento “Restaurante Bom Almoço”, localizado na rua Pedro Celestino, nº 1513, Jardim Vila Cidade, nesta Capital.

**Retirado de pauta a pedido do Relator.**

#### 7. Inquérito Civil nº 57/2014

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã/MS

Assunto: Apurar a infringência às normas de postura municipal em razão das más condições sanitárias de terreno urbano localizado na rua Everaldo Lima, Jardim Ipanema, em Ponta Porã/MS, bem como acompanhar a ação fiscalizatória deste Município para resolução do problema.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR MÁS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DE TERRENO POR ACÚMULO DE LIXO E MATO – LIMPEZA DO TERRENO – IRREGULARIDADES SANADAS – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE

ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, tendo em vista que se esgotou o objeto do inquérito civil, pois as irregularidades inicialmente constatadas foram devidamente sanadas pela limpeza do terreno.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

#### 8. Inquérito Civil nº 2/2012

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Requerente: Henrique Mognilnik

Requerido: Município de Ivinhema

Assunto: Apurar a existência de possível ato de improbidade administrativa decorrente da contratação de serviços de Henrique Mognilnik, em favor da empresa Quality Confecções, e legalidade das despesas havidas com o Programa Pró-empresa mantido pela Prefeitura de Ivinhema.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA PRATICADO PELO MUNICÍPIO DE IVINHEMA/MS NA CONTRATAÇÃO DE HENRIQUE MOGNILNIK E NAS DESPESAS COM O PROGRAMA MUNICIPAL PROEMPRESA CONFECÇÕES – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Promoção de arquivamento homologada, tendo em vista que não foram constatadas irregularidades na contratação de HENRIQUE MOGNILNIK, tampouco nas despesas com o programa PROEMPRESAS CONFECÇÕES, mantido pelo município de Ivinhema/MS.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

#### 1.2.2.8. CONSELHEIRO – RELATOR AROLD O JOSÉ DE LIMA:

##### 1. Inquérito Civil nº 1/1995

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Balneário Águas Lindas

Assunto: Apurar eventual degradação ambiental consistente em falta de autorização prévia do órgão competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – APURAR EVENTUAL DEGRADAÇÃO AMBIENTAL CONSISTENTE EM FALTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO ÓRGÃO COMPETENTE – INTERVENÇÃO MINISTERIAL – ADEQUAÇÃO À LEGISLAÇÃO AMBIENTAL – EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO DO SOLO - PERDA DO OBJETO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Verificada ausência de irregularidades ambientais na Fazenda Sossego, a homologação do arquivamento se impõe.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

##### 2. Inquérito Civil nº 2/2012

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Cleber Fernandes de Moura e Zelir Antonio Maggioni

Assunto: Apurar eventual prática de propaganda eleitoral antecipada; bem como, possível abuso de autoridade e improbidade administrativa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE

ADMINISTRATIVA – AUSÊNCIA DE  
IRREGULARIDADES - ARQUIVAMENTO –  
HOMOLOGAÇÃO. Constatada a inexistência de ato de  
improbidade administrativa, resta prejudicado o seguimento  
do inquérito civil. Homologação que se impõe.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

### 3. Inquérito Civil nº 10/2014

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de  
Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a denúncia anônima de crueldade com os  
animais na festa denominada “Prova do Laço”.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE -  
APURAR POSSÍVEIS MAUS TRATOS A ANIMAIS EM  
RODEIOS E PROVAS DE LAÇO OCORRIDAS NO  
ESTADO – DENÚNCIA ANÔNIMA ENCAMINHADA  
AO PARQUET – FISCALIZAÇÃO DO IAGRO –  
EDIÇÃO DE PORTARIA - INOCORRÊNCIA DE  
IRREGULARIDADES - ARQUIVAMENTO –  
HOMOLOGAÇÃO. Constatada a edição de Portaria do  
IAGRO dispondo sobre a promoção e a fiscalização da  
defesa sanitária animal nos eventos do Estado de Mato  
Grosso do Sul e Ofício enviado ao Comandante da Polícia  
Militar Ambiental para que realize diligências no local do  
próximo evento de Prova de Laço na Cidade de Miranda,  
não mais subsistem razões para o prosseguimento desses  
autos. Homologação que se impõe.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

### 4. Procedimento Preparatório nº 75/2014

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e  
das Fundações da comarca de Campo Grande

Requerente: Marta Pinho Ramos

Requerido: Detran/MS

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa  
no curso para instrutor/examinador ministrado pelo  
Detran/MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO –  
PATRIMÔNIO PÚBLICO – EVENTUAL ATO DE  
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO CURSO PARA  
INSTRUTOR/EXAMINADOR MINISTRADO PELO  
DETRAN/MS – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES -  
ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Constatada a  
regularidade no curso para instrutor/examinador ministrado  
pelo DETRAN/MS, resta prejudicado o seguimento do  
procedimento preparatório. Homologação que se impõe.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

### 5. Procedimento Preparatório nº 2/2015

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da  
comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual necessidade de benefício não  
recebido pela Sra. L. N.S., a qual alega fazer jus a este.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO –  
SUPOSTAS IRREGULARIDADES DECORRENTE DO  
NÃO RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO DE  
TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO – AUSÊNCIA  
DE IRREGULARIDADES - ARQUIVAMENTO –  
HOMOLOGAÇÃO. Não ficando evidenciada irregularidade  
decorrente de falta de reembolso de benefício do TFD  
(Tratamento Fora do Domicílio), resta prejudicado o  
seguimento do procedimento preparatório. Homologação

DOMP-MS

que se impõe.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

### 6. Inquérito Civil nº 19/2012

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da  
comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventual descumprimento da Lei de  
Diretrizes e Base da Educação pelo município de Paranaíba,  
com relação à Escola Municipal Capitão Altino Lopes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – INFÂNCIA E  
JUVENTUDE – EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DA  
LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO PELO  
MUNICÍPIO DE PARANÁIBA - ESCOLA MUNICIPAL  
CAPITÃO ALTINO LOPES – AUSÊNCIA DE  
IRREGULARIDADES-ARQUIVAMENTO –  
HOMOLOGAÇÃO. Não ficando evidenciadas  
irregularidades decorrentes de descumprimento da Lei de  
Diretrizes e Base da Educação pelo Município de Paranaíba,  
com relação à Escola Municipal Capitão Altino Lopes, resta  
prejudicado o seguimento do inquérito civil. Homologação  
que se impõe.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

### 7. Inquérito Civil nº 75/2014

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da  
comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades praticadas pela  
diretora da creche da Prefeitura CEIP, inclusive possível  
assédio moral sofrido pela Sra. Eidimara Celestina Barbosa,  
funcionária do local.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO  
PÚBLICO E SOCIAL – EVENTUAIS  
IRREGULARIDADES PRATICADAS PELA DIRETORA  
DA CRECHE DA PREFEITURA CEIP – POSSÍVEL  
ASSÉDIO MORAL SOFRIDO PELA FUNCIONÁRIA DO  
LOCAL – NÃO LOCALIZAÇÃO DA EVENTUAL  
VÍTIMA - ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Não  
sendo possível constatar o fato relatado por não ser possível  
à localização da eventual vítima, tampouco a identificação  
da diretora e a localização da creche restam prejudicadas o  
seguimento do inquérito civil. Homologação que se impõe.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

### 8. Inquérito Civil nº 68/2014

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de  
Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual desrespeito à garantia de meia-  
entrada aos jovens de baixa renda entre 15 e 29 anos, nos  
termos da Lei Federal nº 12.852/13, em eventos artísticos,  
culturais, esportivos e de lazer realizados em Campo  
Grande-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DEFESA DO  
CONSUMIDOR -EVENTUAL DESRESPEITO À  
GARANTIA DE MEIA ENTRADA AOS JOVENS DE  
BAIXA RENDA EM EVENTOS ARTÍSTICOS  
CULTURAIS ESPORTIVOS – NÃO CONFIGURAÇÃO -  
ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Inexistem  
elementos fáticos para caracterizar eventual desrespeito à  
garantia de meia-entrada aos jovens de baixa renda em

DOMP-MS



eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer realizados em Campo Grande-MS. Homologação que se impõe.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

#### 9. Inquérito Civil nº 4/2009

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antonio Tomé de Souza

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel denominado Fazenda Santa Terezinha do Menino Jesus de propriedade de Antonio Tomé de Souza, localizado no município de Nioaque, a fim de que sejam adotadas as medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – APURAR A SITUAÇÃO JURÍDICO-AMBIENTAL DO IMÓVEL DENOMINADO FAZENDA SANTA TEREZINHA DO MENINO JESUS – INTERVENÇÃO MINISTERIAL – REGULARIZAÇÃO DO IMÓVEL DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES - PERDA DO OBJETO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Verificada ausência de irregularidades ambientais existentes na Fazenda Santa Terezinha do Menino Jesus, a homologação do arquivamento se impõe.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

#### 10. Inquérito Civil nº 4/2012

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Acaray Dias Coelho, Cleberson Pereira Araújo, Gilson Viana Garcia, João Carlos Arantes Cabral, João da Silva Santos, José Alcides Simplício, Lucas Lázaro Gerolamo, Osmar Marques Pinheiro, Regina Célia de Abreu, Rosângela Aparecida Rosa, Sadib de Oliveira, Walder de Freitas e o Município de Costa Rica.

Assunto: Colher elementos e realizar reuniões e audiências públicas, notadamente para congregar e chamar à responsabilidade as pessoas e autoridades que devem fiscalizar a prática de propaganda sonora volante no município de Costa Rica/MS.

**Deliberação: à unanimidade, determinou a baixa dos autos em diligência, nos termos do voto do Relator.**

#### 11. Inquérito Civil nº 3/2014

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Denúncia anônima

Requerido: Prefeito Municipal de Rio Brilhante/MS (Sr. Sidney Foroni)

Assunto: Apurar possível prática de ato de improbidade administrativa, consistente na assinatura de contrato de prestação de serviços com a empresa MC - Construções e Serviços Ltda. - ME, após a realização da obra de reforma da cozinha da Escola Municipal Criança Esperança I, em Rio Brilhante/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO –IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA DE RIO BRILHANTE-MS NA REFORMA DE ESCOLA – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES - ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Constatada a regularidade no contrato de prestação de serviços com a empresa MC – Construções e Serviços Ltda. – ME, após a realização da obra de reforma da cozinha da Escola

Municipal Criança Esperança I, em Rio Brilhante/MS, resta prejudicado o seguimento do inquérito civil. Homologação que se impõe.

**Deliberação: à unanimidade, homologação.**

Campo Grande, 27 de maio de 2015.

**Aroldo José de Lima**

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

### CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

#### AVISO Nº 003/CEAF-2015 - XVIII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

O Presidente da Comissão do XVIII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2015 - XVIII Processo de Seleção de Estagiários, de 24 de abril de 2015, publicado no DOMP nº 1034, de 27 de abril de 2015, **CONVOCA** os candidatos aprovados no XVIII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**. E para que todos tomem ciência, informa a seguir os candidatos convocados, a relação de documentos e a data e os locais onde eles deverão ser entregues.

#### 1. CANDIDATOS CONVOCADOS

##### 1.1. COMARCA DE CAMPO GRANDE

Os candidatos aprovados na Comarca de Campo Grande deverão entregar a documentação na SEAD/MPMS (Secretaria de Administração – Departamento de Serviços Gerais), situada na Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campo Salles, 214, Parque dos Poderes, Campo Grande-MS, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo.

#### ENSINO MÉDIO

##### **TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA - Campo Grande - Turno do Estágio: Matutino**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
08.6.2015	13h30min	NATALIA DOS SANTOS CAPO	1º

##### **TÉCNICO EM MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA - Campo Grande - Turno do Estágio: Vespertino**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
08.6.2015	13h50min	JOHNY ARAKAKI SAKO	1º

#### ENSINO SUPERIOR

##### **ADMINISTRAÇÃO - Campo Grande - Turno do Estágio: Matutino**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
08.6.2015	14h10min	ELAINE DE SOUZA OLIVEIRA	1º

##### **ADMINISTRAÇÃO - Campo Grande - Turno do Estágio: Vespertino**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
08.6.2015	14h30min	FELIPE ELIZANRO CATARINELLI	1º

08.6.2015	14h50min	MAYARA EVELYN SILVA LIMA DE ARAÚJO	2º
08.6.2015	15h10min	STEPHANNY KAROLINE BORGES SONCHINI	3º
08.6.2015	15h30min	FERNANDA MATSUYUKI TAKIGUCHI	4º
08.6.2015	15h50min	LILIANE LORENZI	5º

### ARQUITETURA - Campo Grande - Turno do Estágio: Matutino

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
09.6.2015	13h30min	GIOVANA BURDA BUENO	1º

### ENGENHARIA CIVIL - Campo Grande - Turno do Estágio: Matutino

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
09.6.2015	13h50min	VICTOR AMADEUS SANT'ANNA DE MEDEIROS	1º
09.6.2015	14h10min	PEDRO EDUARDO BERTELLI CORREA	2º

### ENGENHARIA ELÉTRICA - Campo Grande - Turno do Estágio: Matutino

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
09.6.2015	14h30min	LUCAS SEIXAS FORMIGA	1º

### ENGENHARIA ELÉTRICA - Campo Grande - Turno do Estágio: Vespertino

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
09.6.2015	14h50min	MICHELE ALVARENGA MEZA	1º

### ENGENHARIA DA COMPUTAÇÃO - Campo Grande - Turno do Estágio: Vespertino

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
09.6.2015	15h10min	MARCOS VINICIUS SILVA BIEGER	1º

### PUBLICIDADE E PROPAGANDA - Campo Grande - Turno do Estágio: Matutino

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
09.6.2015	15h30min	ROSALIA CAVALCANTE DA SILVA	1º

### TECNOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA OU TECNOLOGIA EM ANÁLISE DE SISTEMAS - Campo Grande - Turno do Estágio: Matutino

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
09.6.2015	15h50min	TIAGO FERNANDO DE OLIVEIRA CARDOSO	1º

### TECNOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA OU TECNOLOGIA EM ANÁLISE DE SISTEMAS - Campo Grande - Turno do Estágio: Vespertino

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
09.6.2015	16h10min	JEFFERSON BENHAME PORTILHO JUNIOR	1º

### RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2.	Declaração ou certidão de <b>matrícula atualizada</b> , emitida pela instituição de ensino, que informe o <b>ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações)</b> ; Na impossibilidade de apresentação da matrícula atualizada com todas as informações indicadas, é imprescindível a apresentação do <b>Histórico Escolar</b> .
3.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5.	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
6.	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;

7.	Atestado de exame ABO-RH;
8.	Número da agência e da <b>conta corrente no Banco do Brasil (exceto poupança)</b> ;
9.	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes e 01 fotografia 2x2;
10.	Ficha de Cadastro (disponível no link do CEAF) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.

Diante de previsão expressa no EDITAL N.º 001/2014-CEAF, republicado no DOMP-MS nº 922, de 20.10.2014, no capítulo “IX - Da Convocação e Admissão”, item 2.2, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no “e-mail” e aviso de convocação, no **prazo de 03 (três) dias úteis**, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação deverá ser enviada é o seguinte: [s\\_gerais@mpms.mp.br](mailto:s_gerais@mpms.mp.br).

Caso o candidato deseje apresentar-se no local, deverá ir até a SEAD/MPMS (Secretaria de Administração – Departamento de Serviços Gerais), situado na Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campo Salles, 214, Parque dos Poderes, Campo Grande-MS.

Campo Grande, 27 de maio de 2015.

**Rodrigo Jacobina Stephanini**

Promotor de Justiça e Secretário-Geral do MP/MS  
Presidente da Comissão do Concurso

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

#### Extrato da Carta-Contrato nº 94/PGJ/2015

Processo: PGJ/10/0379/2015

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** representado pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Dr. João Albino Cardoso Filho**.

2- **ARI SERENA & CIA LTDA - EPP**, representada por **Ary Serena**.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: o fornecimento de água mineral (galão 20l), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista – MS.

Valor Estimado: R\$ 133,00, nos termos da Nota de Empenho 2015NE000411 de 03.02.2015.

Vigência: exercício financeiro de 2015.

Data de assinatura: 05 de fevereiro 2015.

#### Extrato do Termo de Rescisão Amigável da Carta-Contrato nº 59/PGJ/2015

Processo: PGJ/10/0164/2015 – Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** representado pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **João Albino Cardoso Filho**.

2- **SANAGUA SANEAMENTO E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. - EPP** representada pelo Sr **Fabiano Viana Storti**.

Objeto: Rescisão amigável da Carta-Contrato de prestação de serviço mensal de tratamento de água de poço artesiano, no prédio da Procuradoria Geral de Justiça.

Amparo Legal: Artigo 79, II, da Lei 8.666/93

Data de assinatura: 11.05.2015.

#### **Extrato do Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 02/PGJ/2012**

Processo: PGJ/10/3016/2011

Partes:

1 – **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo **João Albino Cardoso Filho**.

2 – **A2GB COMÉRCIO DE ELETRO-ELETRÔNICOS E SERVIÇOS LTDA.-ME**, representado por **Graziela Bartiê Sosa Alves**.

Objeto: prorrogação de vigência contratual por 12 (doze) meses e o reajuste do valor contratual pela variação do IPC-BRASIL publicado pela Fundação Getúlio Vargas.

Valor: R\$ 179.878,61

Amparo Legal: Art. 57, inciso II, Lei 8.666/93.

Vigência: 18.05.2015 a 17.05.2016.

Campo Grande, 15 de maio de 2015.

#### **Extrato do Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 23/PGJ/2012**

Processo: PGJ/10/0933/2012

Partes:

1 – **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo **João Albino Cardoso Filho**.

2 – **A2GB COMÉRCIO DE ELETRO-ELETRÔNICOS E SERVIÇOS LTDA.-ME**, representado por **Graziela Bartiê Sosa Alves**.

Objeto: prorrogação de vigência contratual por 12 (doze) meses, a supressão de 03 compressores de 20 TR, com a consequente diminuição de R\$ 22.502,16 (vinte e dois mil, quinhentos e dois reais e dezesseis centavos) no valor contratual, e o reajuste dos valores pela variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Valor: R\$ 188.884,46

Amparo Legal: Art. 57, inciso II, e art. 65, §1º da Lei 8.666/93.

Vigência: 18.05.2015 a 17.05.2016.

Campo Grande, 08 de maio de 2015.

### **EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**

#### **COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL**

##### **CAMPO GRANDE**

#### **Edital nº 029/2015**

A 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 118/2014 em Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Ricardo Brandão, n. 232. Bairro Itanhangá Park, CEP 79003-027, Campo Grande/MS.

#### **Inquérito Civil nº 118/2014**

**Requerente:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**Requerido:** A apurar

**Assunto:** Apurar eventual ocupação irregular de área

pública situada na Rua Itamirim, n. 22, bairro Jardim Panamá IV, supostamente destinada à construção de conjuntos habitacionais.

Campo Grande, 25 de maio de 2015.

**BIANKA M. A. MENDES** - Promotora de Justiça Substituta

#### **Edital nº 030/2015**

A 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 116/2014 em Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Ricardo Brandão, n. 232. Bairro Itanhangá Park, CEP 79003-027, Campo Grande/MS.

#### **Inquérito Civil nº 116/2014**

**Requerente:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**Requerido:** A apurar

**Assunto:** Apurar possíveis irregularidades apontadas pelo relatório nº 02/2007, da Auditoria-Geral do Estado, existentes no processo administrativo nº 39/300.061/2005 da FERTEL.

Campo Grande, 25 de maio de 2015.

**BIANKA M. A. MENDES** - Promotora de Justiça Substituta

#### **Edital nº 031/2015**

A 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 113/2014 em Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Ricardo Brandão, n. 232. Bairro Itanhangá Park, CEP 79003-027, Campo Grande/MS.

#### **Inquérito Civil nº 113/2014**

**Requerente:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**Requerido:** A apurar

**Assunto:** Apurar possíveis irregularidades apontadas pelo relatório nº 02/2007, da Auditoria-Geral do Estado, existentes no processo administrativo nº 39/300.120/2005, da FERTEL.

Campo Grande, 25 de maio de 2015.

**BIANKA M. A. MENDES** - Promotora de Justiça Substituta

#### **Edital nº 032/2015**

A 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 114/2014 em Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Ricardo Brandão, n. 232. Bairro Itanhangá Park, CEP 79003-027, Campo Grande/MS.

#### **Inquérito Civil nº 114/2014**

**Requerente:** Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

**Requerido:** A apurar

**Assunto:** Apurar possíveis irregularidades apontadas pelo Relatório nº 002/2007, da Auditoria-Geral do Estado, existentes nos processos administrativos n. 39/300.215/2005 e n. 39/300.218/2005, da FERTEL.

Campo Grande, 25 de maio de 2015.

**BIANKA M. A. MENDES** - Promotora de Justiça Substituta

#### **Edital nº 49/2015**

A 32ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Ricardo Brandão, nº 232, Itanhangá Park, nesta capital.

**Inquérito Civil nº 50/2015**

**Requerente:** Promotoria de Justiça da Saúde Pública

**Requerido:** Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande - SESA

**Assunto:** Apurar a falta/insuficiência de médicos, equipamentos/aparelhos e insumos no Centro Regional 24 horas Coopavila II da rede municipal de Saúde de Campo Grande.

Campo Grande, 22 de maio de 2015.

**DANIELA CRISTINA GUIOTTI** - Promotora de Justiça

**Edital nº 50/2015**

A 32ª Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Ricardo Brandão, nº 232, Itanhangá Park, nesta capital.

**Inquérito Civil nº 51/2015**

**Requerente:** Promotoria de Justiça da Saúde Pública

**Requerido:** Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande - SESA

**Assunto:** Apurar a falta/insuficiência de médicos, equipamentos/aparelhos e insumos no Centro Regional 24 horas Moreninha III da rede municipal de Saúde de Campo Grande.

Campo Grande, 25 de maio de 2015.

**DANIELA CRISTINA GUIOTTI** - Promotora de Justiça

**Edital nº 044/2015**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua da Paz, nº 134, 4º Andar, Centro.

**Inquérito Civil nº 044/2015/MA**

**Requerente:** Ministério Público Estadual

**Requerido:** Município de Campo Grande e Plaenge Empreendimentos Ltda.

**Assunto:** Apurar a regularidade da implantação de empreendimentos residenciais no bairro Santa Fé, em Campo Grande-MS.

Campo Grande, 18 de maio de 2015.

**CAMILA AUGUSTA CALARGE DORETO** - Promotora de Justiça em substituição legal

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****MARACAJU****Edital nº. 003/2015**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maracaju-MS torna pública a instauração do Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Appa, 141, Centro, em Maracaju-MS.

**Inquérito Civil n. 003/2015**

**Requerente:** Ministério Público

**Requerido:** Olinto Comparim

**Assunto:** Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Buriti, localizado neste município, no que tange à área de reserva legal, área de preservação permanente e conservação do solo, bem como, verificar se houve danos ao meio ambiente em razão do

armazenamento incorreto de embalagens de agrotóxicos.

Maracaju-MS, 25 de maio de 2015.

**ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA** - Promotor de Justiça

**NOVA ANDRADINA****Edital nº 004/2015/1ªPJNA**

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na rua São José, 564, bairro Centro, em Nova Andradina/MS.

**Inquérito Civil nº 005/2015/1ªPJNA**

**Requerente:** Ministério Público

**Requerida:** Rosely Maria de Almeida

**Assunto:** verificar a prática de improbidade administrativa de escritã de polícia judiciária em virtude de apropriação de fianças recebidas no exercício do cargo.

Nova Andradina, 7 de maio de 2015.

**ALEXANDRE ROSA LUZ** - Promotor de Justiça

**SIDROLÂNDIA****Retificação do Edital nº 002/2015/1ªPJ**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Espírito Santo, nº 1383, Centro.

**Inquérito Civil nº 002/2015/1ªPJ**

**Requerente:** Ouvidoria do Ministério Público Estadual.

**Requerido:** Câmara Municipal de Sidrolândia.

**Assunto:** Apurar possíveis irregularidades em gastos da Câmara Municipal de Sidrolândia.

Sidrolândia/MS, 27 de maio de 2015.

**DANIELE BORGHETTI ZAMPIERI DE OLIVEIRA** - Promotora de Justiça

**Edital nº 005/2015/1ªPJ**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Espírito Santo, nº 1383, Centro.

**Inquérito Civil nº 005/2015/1ªPJ**

**Requerente:** Ministério Público Estadual.

**Requerido:** Prefeitura Municipal de Sidrolândia.

**Assunto:** Apurar contratos omissos quanto à localidade de prestação de serviço de servidores municipais, irregularidade na contratação de servidores para a execução de serviços gerais na Secretaria de educação, haja vista que tal tarefa está sendo realizada por meio de empresa terceirizada, desvio de função de servidor contratado para prestar serviço na Secretaria de Educação, mas que na prática se encontra trabalhando na Secretaria de Esportes e irregularidade na contratação de empresas para a prestação de serviço de transporte escolar municipal.

Sidrolândia/MS, 27 de maio de 2015.

**DANIELE BORGHETTI ZAMPIERI DE OLIVEIRA** - Promotora de Justiça

**DIÁRIO OFICIAL DO MP**